



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Data da reunião: 04/05/2022

Presidente: Senador Otto Alencar

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PL 5503/2019</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.</p> <p>Autoria: Senador Paulo Paim</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Mecias de Jesus	Pela aprovação da matéria, com uma emenda apresentada.	<p>O projeto visa a permitir que o participante de plano de previdência complementar faça a opção pelo regime de tributação de sua renda previdenciária, desde que não iniciado o pagamento do benefício, das seguintes formas: a) permite que a escolha seja feita no momento da obtenção do benefício ou da requisição do resgate dos valores acumulados no plano, ao invés de ter que ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente ao do ingresso, como hoje vigora; b) autoriza que os assistidos ou representantes legais exerçam essa escolha, em situações especiais, como falecimento do participante e outras; e c) prevê a possibilidade de revisão da opção pelo regime tributário por parte daqueles que, por força da Lei 11.053/2004, tiveram que fazê-la, acabando, assim, com a natureza definitiva da escolha realizada. Prevê que os valores pagos aos próprios participantes ou aos assistidos, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados, não estão mais sujeitos a mudanças no regime de tributação. Ademais, revoga o § 2º do art. 2º da Lei 11.053/2004, que define que a opção pelo regime de tributação ocorra até o último dia útil do mês de dezembro de 2005.</p> <p>O relator é favorável à matéria, com emenda que apresenta para efetuar adequações às normas infralegais e às terminologias que regem o setor, bem como para estender o escopo da matéria aos segurados de planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.</p>

Consultoria Legislativa do Senado Federal

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)2

Data da reunião: 04/05/2022

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	PL 5627/2019 Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar aos fornecedores de produtos e serviços que disponibilizem formas acessíveis e seguras de pagamento às pessoas com deficiência. Autoria: Senador Flávio Arns [tramitação] Terminativo	Senador Paulo Paim	Pela aprovação do projeto.	O projeto altera a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) para dispor sobre a acessibilidade nos meios de pagamento, determinando que os fornecedores de produtos e serviços devem oferecer formas acessíveis e seguras de pagamento às pessoas com deficiência, conforme dispuser regulamento. 1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto.
3	PL 6214/2019 Ementa: Altera os arts. 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para ampliar o limite de receita bruta total que possibilita pessoas jurídicas optarem pelo regime de lucro presumido para fins de tributação. Autoria: Senador Angelo Coronel [tramitação] Terminativo	Senador Jorginho Mello	Pela aprovação da matéria.	O PL pretende elevar o limite máximo de receita bruta anual que permite à pessoa jurídica a opção pelo regime do lucro presumido para R\$ 120 milhões ou R\$ 10 milhões multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior (os valores anteriores eram R\$ 78 milhões ou R\$ 6,5 milhões, respectivamente). Também estabelece que, se a receita bruta da empresa for superior ao novo limite de R\$ 120 milhões no ano-calendário anterior, a pessoa jurídica deverá se sujeitar ao regime de tributação com base no lucro real.

Item	Identificação da matéria
4	REQ 9/2022 - CAE Ementa: Requer a inclusão de dois nomes a audiência pública solicitada através do RQS 3/2022 Autoria: Senador Jorginho Mello
5	REQ 10/2022 - CAE Ementa: Requer, em aditamento ao REQ 3/2022-CAE, a inclusão do Sr. Júlio Cesar Fontela - Diretor de Assunto Legislativo da Associação Nacional dos Oficiais de Justiça e Avaliadores Federais - FENASSOJAF, entre os convidados na audiência pública destinada a instruir o PLP nº 245/2019. Autoria: Senador Rogério Carvalho
6	REQ 11/2022 - CAE Ementa: Requer aditamento ao requerimento 3/2022 Autoria: Senador Paulo Rocha

Consultoria Legislativa do Senado Federal
Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)³
Data da reunião: 04/05/2022

Item	Identificação da matéria
7	REQ 12/2022 – CAE Ementa: Requer aditamento do REQ CAE 3/2022 para inclusão de participante em audiência pública Autoria: Senador Jean Paul Prates
8	REQ 13/2022 - CAE Ementa: Requer aditamento ao REQ 3/2022 - CAE com a inclusão do especialista em Medicina do Trabalho. Autoria: Senadora Kátia Abreu
9	REQ 14/2022 - CAE Ementa: Requer inclusão do convidado Comandante Ondino Dutra Cavaleiro Neto, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), em audiência pública objeto do REQ 3/2022 CAE. Autoria: Senador Acir Gurgacz

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.
Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.